



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007683-03.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Responsabilidade Civil do Servidor Público / Indenização ao Erário**
 Requerente: **PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS**
 Requerido: **MARCIA REGINA SOUZA MARQUES DE OLIVEIRA**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se de Ação de Ressarcimento ao Erário Municipal, proposta pelo **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS**, em face de **MARCIA REGINA SOUZA MARQUES DE OLIVEIRA**, sob o fundamento de que, no mês de outubro de 2008, pagou à requerida, então Conselheira Tutelar, o 14º salário. Aduz que referido pagamento foi indevido, pois a Lei Municipal nº 13.389/2006 prevê, em seu artigo 68, § 5º que "Os conselheiros tutelares não terão direito a nenhum benefício ou gratificação garantidos aos servidores públicos municipais ou na legislação vigente". Sustenta ter havido um erro burocrático-administrativo, tendo sido lançado, na folha de pagamento de setembro de 2008, o pagamento do 14º salário, no valor de R\$2.590,21. Aduz ter procurado de todas as maneiras solucionar a contenda extrajudicialmente, entretanto não houve ressarcimento do pagamento indevido, motivo pelo qual invoca a tutela jurisdicional. Sustenta a imprescritibilidade das ações de ressarcimento ao Erário e requer seja a requerida condenada a ressarcir o valor de R\$3.825,43.

Citada, a requerida apresentou contestação (fls. 122/124), alegando que a pretensão está prescrita, uma vez que o valor foi pago em outubro de 2008 e a ação proposta em julho de 2015. No mérito, sustenta ausência de culpa ou dolo no recebimento do 14º salário.

Réplica às fls. 131/132.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Comporta a demanda, julgamento antecipado, devido à prescindibilidade de produção probatória em audiência, uma vez que a prova documental já anexada aos autos mostra-se suficiente para o deslinde da matéria, conforme autoriza o artigo 355, inciso I, do novo Código de Processo Civil.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

O pedido não comporta acolhimento.

Não obstante a Administração tenha experimentado um prejuízo em face do erro em comento, este ônus não pode ser suportado pela requerida, que de nenhuma forma concorreu para a sua realização, mesmo porque a percepção dos valores em questão decorreu de erro da própria Administração.

O entendimento majoritário da Jurisprudência, é no sentido de que a Administração Pública, por errônea interpretação ou má aplicação da lei, não pode exigir o ressarcimento contra aqueles que perceberam determinada vantagem de absoluta boa fé.

Neste sentido:

”AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO. PAGAMENTO INDEVIDO. RECEBIMENTO DE BOA-FÉ. RESTITUIÇÃO DE VALORES. IMPOSSIBILIDADE. – *Este Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de não ser devida a restituição de valores pagos indevidamente a servidores de boa-fé, com base em interpretação errônea, má aplicação da lei, ou equívoco da Administração*”. (AgRg no REsp 896.726/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEXTA TURMA, julgado em 18/11/2008, DJe 09/12/2008).

“Servidor público inativo. VPNI. Valores recebidos por interpretação errônea, má aplicação da lei ou equívoco da administração. Restituição ao erário. Descabimento. Verba de natureza alimentar recebida de boa-fé. Agravo regimental improvido”. STJ (AgRg no REsp 875.487/RS, Rel. Ministro NILSON NAVES, SEXTA TURMA, julgado em 25/06/2009, DJe 05/10).

Também neste sentido, já se posicionou o Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

MANDADO DE SEGURANÇA. Policial Militar. Bonificação por resultado. Frequência em curso oficial que deve ser computada para fins de concessão da vantagem. Inteligência do Decreto Estadual nº 54.911/09. Verba alimentar. Presunção de boa fé no recebimento, não elidida nos autos. Recebimento de verbas alimentares por beneficiário de boa-fé não enseja restituição. Precedentes deste E. TJ e do C. STJ. Sentença procedente. Recurso voluntário e reexame necessário parcialmente providos, apenas quanto aos juros de mora, com determinação quanto à correção monetária; mantida a concessão parcial da ordem. (Relator(a): Heloísa Martins Mimessi; Comarca: São Paulo; Órgão julgador: 5ª



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DA FAZENDA PÚBLICA
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Câmara de Direito Público; Data do julgamento: 29/09/2016; Data de registro: 29/09/2016).

Vê-se, pois, que o critério adotado pelos Tribunais Superiores para determinar a restituição dos valores recebidos a maior é a comprovação da má-fé. Ressalte-se que a boa-fé se presume, e a má-fé deve ser provada.

Nessa mesma linha, o Excelso Supremo Tribunal Federal, por ocasião do julgamento do MS 256.641/DF, assentou posicionamento no sentido de que não se pode exigir a restituição quando houver *“presença de boa-fé do servidor; ausência, por parte do servidor, de influência ou interferência para a concessão da vantagem impugnada; existência de dúvida plausível sobre a interpretação, validade ou incidência, no momento da edição do ato que autorizou o pagamento da vantagem impugnada; interpretação razoável, embora errônea, da lei pela Administração”*.

No caso em questão, não tendo sido demonstrada a má-fé, presume-se a boa fé, impondo-se a improcedência do pedido.

Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido inicial, e, por conseguinte, EXTINTO o feito, com a apreciação do mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil.

A presente sentença é proferida, ainda que o cadastro no SAJ esteja diferente, pelo Juizado da Fazenda Pública, afeto a esta mesma unidade judicial (art. 600, I das NCGJ), vez que o Juizado da Fazenda Pública é o competente para o processo e julgamento da presente causa nos termos do art. 2º, caput da Lei nº 12.153/2009, competência esta absoluta como dispõe o § 4º do mesmo dispositivo legal. **Se o presente feito não estiver atribuído, no SAJ, ao JEFAZ, providencie a serventia a necessária redistribuição.**

Sem verbas sucumbenciais (art. 27 da Lei nº 12.153/09 c/c art. 55 da Lei nº 9.099/95).

P.I.

São Carlos, 11 de abril de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA